

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL

MARIZA RAMOS DA SILVA

LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS USUÁRIAS NEGRAS DE  
MATINHOS/PARANÁ

MATINHOS 2012

MARIZA RAMOS DA SILVA

LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS USUÁRIAS NEGRAS DE  
MATINHOS/PARANÁ

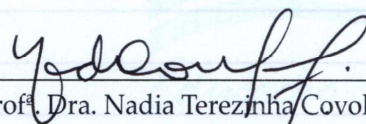
Trabalho de conclusão de curso apresentado para o curso de Especialização em Serviço Social: A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral: Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Nadia T. Covolan

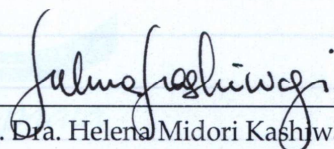
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **NADIA TEREZINHA COVOLAN**, realizaram em **21/03/2012** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MARIZA RAMOS DA SILVA**, sob o título "*Limites e possibilidades do Programa Bolsa Família: as dificuldades enfrentadas pelas usuárias negras de Matinhos - Paraná.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "**APL**".

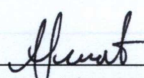
Matinhos, 21 de março de 2012.



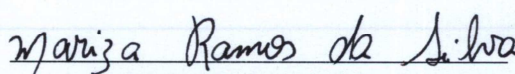
Prof.ª. Dra. Nadia Terezinha Covolan



Prof.ª. Dra. Helena Midori Kashiwagi



Prof. Dr. Afonso Takao Murata



Mariza Ramos da Silva

### Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

### OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



## RESUMO

Este é um trabalho quanti/qualitativo cujo objetivo é discutir sobre os limites e as possibilidades do Programa Bolsa Família (PBF), com recorte especial para as dificuldades que as mulheres negras de Matinhos/PR enfrentam, para cumprir as condicionalidades do programa. Para tanto, partimos dos dados das 165 mulheres negras que constam dos registros do CadÚnico de Matinhos, no período de 2002 a 2009. Afirmamos que as condicionalidades do PBF influenciam diretamente as suas possibilidades e limites. Propomos alterações nos registros oficiais e na gestão das municipalidades, assim como a ampliação das discussões sobre o alcance das políticas públicas com vistas à emancipação cidadã das usuárias e em especial das mulheres negras. A questão negritude se encontra mascarada pelo discurso da democracia racial brasileira, pelo que seu estudo deve ser aprofundado e sua problemática debatida nos variados setores da sociedade, para que tenhamos uma visão condizente com a realidade brasileira.

Palavras chaves: Programa Bolsa Família (PBF), Condicionalidades, Mulheres Negras.

## ABSTRACT

This is a quantitative/qualitative work whose aim is to discuss about the Family Allowance limits and possibilities of the program, with a special profile to the difficulties that black women of Matinhos/PR face to satisfy the conditionalities of the program. For this we started the data of 165 black women which are included in the "CadÚnico of Matinhos", from 2002 to 2009. We are sure that the conditionalities of the Family Allowance affect directly its possibilities and limits. We suggested changes in the officials registers and in the municipality administration, even as the extension of the discussion about the public politics reach aiming at the citizen emancipation of users, special the black women. The question of the blackness is masked by the speech of Brazilian racial democracy, that its study must be detailed and its problem discussed in varied segments of society, to have a consistent view with the Brazilian reality.

Keywords: Family Allowance program, conditionalities, black women

## 1- INTRODUÇÃO

Apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero ainda permanecem substanciais diferenças entre os sexos, agravadas pela questão racial, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino negro (MELO, Hildete 2005).

Cabe pontuar que mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo das análises de classe (RIBEIRO, Matilde, 2004).

Pesquisando<sup>1</sup> os índices de natalidade no setor de epidemiologia do Município de Matinhos/PR, nos chamou atenção o registro das cores dos 355 nascimentos do ano de 2007 (165 femininos e 195 masculinos): Branca – 355; Amarela – 1; Parda – 3 e Negros – 0. Conforme os dados, percebemos a ausência de registros de nascimentos de crianças negras no município, nesse ano.

Desde essa ocasião, nos envolvemos com o tema negritude, dado nossa pertença, também, ao esse segmento social - mulher e negra. Assim, este trabalho é fruto de um percurso iniciado na graduação, condensado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>2</sup>, associado agora, à nossa atividade profissional no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como Assistente Social.

Assim, este é um trabalho quanti/qualitativo, cujo objetivo é discutir sobre os limites e as possibilidades do Programa Bolsa Família (PBF), com recorte especial para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras de Matinhos/PR.

O PBF é uma Política Pública Federal de Transferência de Renda iniciado em 2003, que inclui o auxílio gás, o bolsa escola, o bolsa alimentação e o cartão alimentação. A integração das políticas Bolsa Família, Assistência Social e Segurança Alimentar estão centradas na família, compreendida na diversidade dos arranjos familiares, ou seja, com membros que se acham ou não unidos por laços consanguíneos. O PBF prioriza a mulher como titular do programa, porque visa o seu fortalecimento na família e na comunidade. (BRASIL, 2008).

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada para o Projeto de Aprendizagem, intitulada Gravidez na Adolescência, Inocência e Desamparo. Curso de Serviço Social - Universidade Federal do Paraná (UFPR) Campus Litoral, 2008.

<sup>2</sup> O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Vulnerabilidade e Invisibilidade: Um Olhar sobre as Mulheres Negras no Município de Matinhos/PR” foi defendido em Junho de 2010, por ocasião da conclusão do curso de Serviço Social, UFPR - Setor Litoral.

Neste trabalho destacamos as mulheres negras, por ser uma das expressões da questão social em nosso país, com carência de abordagem. Nesse sentido, importa esclarecermos as categorias implicadas e justificarmos nossa escolha apenas por negras, e não, também, por pardas.

A categoria negritude é polêmica e polissêmica e tem sido visibilizada, nos últimos anos, no plano internacional e nacional, devido os movimentos de afirmação racial. Segundo Petronio Domingues:

No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana (Petronio Domingues 2005, p.26).

Dessa forma, a negritude precisa ser compreendida à luz dos diversos contextos históricos. No Brasil, a herança escravista tem sido desconsiderada, mascarada pelo discurso da democracia racial. Nesse contexto, as mulheres negras constituem um segmento social que junta duas condições passíveis dignas de nota, que é ser mulher e ser negra. Assim, estudar as relações entre os gêneros que sempre são permeadas pela questão do poder e dos poderes, tem peculiaridades importantes especialmente quando vinculamos gênero/raça/etnia; isso significa abordar a questão racial quando esta confina as pessoas a certos lugares e posições, forçando a luta por políticas de cidadania.

Atualmente, estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa Igualdade de Gênero e Raça do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), confirmam que o segmento que mais acumula as expressões da questão social é a mulher negra. Nesse contexto, também, grupos e movimentos de mulheres negras vem denunciando o preconceito e a discriminação que persistem na sociedade de uma forma velada, e que tem como consequência, além do sofrimento moral, a exclusão aos bens socialmente produzidos.

Nossa escolha pelo segmento mulher e negra, também, se deve ao fato que nos registros pesquisados para este trabalho, as usuárias assim se identificaram. Apesar das mulheres pardas sofrerem cargas semelhantes de preconceitos e enfrentarem as mesmas dificuldades, a identificação, a afirmação da pertença à

negritude, foi o motivo de nosso recorte. Lembramos que 1890, para usufruir dos poucos direitos, os negros nascidos libertos se intitulavam pardos, na intenção de arrancar de si “a marca do cativo” e promover certa “aproximação” com brancos. Inclusive, nessa época, diminuem os registros de nascimento e de óbito de crianças negras, correspondendo a um crescente aumento das crianças pardas, permanecendo inalterada a presença proporcional dos brancos (Renisia Cristina Garcia, 2007). Em que pese, repetimos, as pardas viverem em situação de vulnerabilidade semelhante as negras, estas se identificaram como tal no CadÚnico. Por isso, consideramos nosso recorte um ato político de identidade com a negritude.

A cidade de nosso estudo, Matinhos, esta situada no litoral do Paraná, a cem quilômetros de Curitiba, a Capital. É caracterizada pela sazonalidade, onde, em meses de temporada – dezembro, janeiro e fevereiro – a população aumenta significativamente, em função dos veranistas que chegam para passar as férias. No resto do ano, a população é carente de fonte de renda, pois a cidade praticamente viva da renda angariada no verão. Igualmente, é também carente de recursos públicos e privados para o atendimento de necessidades básicas.

Segundo o relatório Informações Sociais do (CadÚnico) do PBF, a população total de Matinhos hoje é de 29.428 habitantes (BRASIL, 2012). Das 4081 famílias inscritas no CadÚnico, 1.566 recebem o Bolsa Família e destas, 165 famílias tem como referência mulheres negras (BRASIL, 2012). O acompanhamento das famílias é realizado pelo único (CRAS) do município, localizado no balneário Albatroz. Para entrar no PBF a pessoa necessita preencher um cadastro (CadÚnico) com todas as informações necessárias, porém, nem todos os cadastrados recebem o benefício. O critério de seleção para se inscrever é que a usuária tenha renda percapita de um quarto do salário mínimo, ou seja, inferior a R\$140,00. O valor varia de acordo com a composição familiar sendo que hoje o valor máximo percebido é de R\$ 230,00 por família. O cadastro das famílias é realizado na Secretária da Assistência Social ou no CRAS e é nesse contexto que vamos encontrar o publico da nossa pesquisa.

Para este trabalho, colhemos os dados das 165 mulheres negras, conforme consta do Cadastro Único (CadÚnico), registro do PBF, em Matinhos, PR, no período 2002 – 2009. Selecionamos os itens sobre a identificação da pessoa e do domicílio. Optamos pelo critério da pesquisa (2 - pessoa 215 – RAÇA/COR igual à negra) (BRASIL, 2009). Relacionamos escolaridade, faixa etária, situação no

mercado de trabalho, situação de conjugalidade e número de pessoas que vivem da renda, para discutir as dificuldades enfrentadas por essas usuárias para cumprir as condicionalidades do programa, assim como os percalços para o acesso às outras políticas públicas.

## 2 - Mulheres Negras, Políticas Públicas e o Serviço Social

Segundo Hildete Melo (2005), as mulheres negras estão na base da pirâmide econômica e social. Assim refere:

As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor serviço; 80% delas estão ocupadas como professoras, serviços de saúde comerciarias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras. São negras cerca de 56% das domésticas e ainda usufruem os menores rendimentos da sociedade (MELO, Hildete 2005, p. 18-19).

Outras fontes trazem dados relacionados a mulheres e negritude, por exemplo, os dados UNIFEM no ano de 2003 e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Hoje, no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado preocupante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003) é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos (IBGE, 2003)

Em que pese os avanços na área, a maioria do povo negro permanece nas piores condições econômicas e sociais, fora das Universidades e dos empregos formais devido ao preconceito de cor. (PAIM, Paulo, 2007).

Ao longo do séc. XX, o trabalho se torna o centro das interações entre as pessoas e as instituições. Pelas relações contratuais é introduzida a construção da cidadania social. A inserção das mulheres no mundo do trabalho é um elemento chave no processo de construção de sua autonomia. Assim, é importante analisar, sob quais condições são realizados os trabalhos e quais são as garantias sociais estabelecidas para prosseguir trabalhando, no sentido de estabilidade, de continuidade e de previsibilidade. Devemos averiguar se ter uma ocupação significa usufruir de direitos trabalhistas previstos na lei, principalmente numa sociedade cada vez mais competitiva e exigente.

Pesquisa do DIEESE confirma que as condições e causas da pobreza são diferentes para mulheres e homens, negros e brancos. O gênero e a raça são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego, assim como as condições em que esse se exerce. Nos empregos, especialmente as mulheres negras sofrem as situações mais desfavoráveis, influenciando na forma como as pessoas e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não superá-la:

As diversas formas de discriminação estão fortemente associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidades e pela criação de poderosas barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza (DIEESE, 2005).

As informações do DIEESE no período 2004 e 2005 reiteram que entre as trabalhadoras negras, é maior a proporção de ocupadas em situações vulneráveis (DIEESE, 2005). A necessidade de trabalhar e o aumento do desemprego obrigam mulheres negras a desenvolverem trabalhos vulneráveis e com baixos rendimentos. Vulnerabilidade no trabalho significa que são assalariadas sem carteira assinada, autônomas que trabalham para o público, trabalhadoras familiares não-remuneradas ou empregadas domésticas.

Nesse sentido, a nossa profissão, Serviço Social, tem se relacionado de modo insuficiente com a temática. Lembramos que o Serviço Social emergiu como

profissão no Brasil em 1930, tendo na “*questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho”, conforme afirma Marilda Villela Iamamoto (2001, p. 27).

A questão social “expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, Marilda Villela 2009, p.17)

Nesse sentido concordamos com Ivone Maria Ferreira da Silva (2008, p. 27-28), quando diz que devemos pensar a questão social brasileira evitando os parâmetros europeus, ou seja, os determinantes socioestruturais podem ser os mesmos, porém, não podemos esquecer nem negar que “a questão social brasileira tem suas raízes ancoradas no regime escravista”.

Para Marilda Villela Iamamoto (2001, p. 58-59) uma das respostas para o enfrentamento da questão social são as políticas sociais públicas; a questão social explica a necessidade das políticas sociais, porém, as políticas sociais, por si, não explicam a questão social.

As políticas públicas, segundo Jurema Werneck (2003), devem ser voltadas não só para redução das desigualdades, mas também para enfrentar a causa dessas desigualdades, ou seja, o combate ao racismo direcionado à negritude. Racismo que afirmamos persistir na sociedade de forma velada ou nem tanto, sendo a principal razão do não acesso de mulheres negras e homens negros aos bens socialmente produzidos.

Ainda nesse tema, outra análise perpassa pela acolhida do atendimento às usuárias do programa. Segundo pesquisa feita pelo Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) publicadas no livro Identificação e Abordagens do Racismo Institucional (2006) as representações dos negros/negras aparecem de forma estereotipadas como preconizavam as teorias racistas (Identificação, 2006, p. 38-39). Por isso queremos reforçar a importância da discussão do racismo com os profissionais que atendem as usuárias nas políticas públicas para que não se perpetuem iniquidades especialmente contra mulheres negras.

Matilde Ribeiro (2004), refletindo sobre a história do Serviço Social no Brasil, diz que este:

tem demonstrado uma abordagem conservadora das relações raciais, refletida nas formulações teóricas que, até recentemente, desconsideravam

o racismo enquanto elemento estruturante desse processo. Cabe pontuar que mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo das análises de classe (p. 151).

Nesse contexto, urge, enquanto profissionais do Serviço Social, termos um posicionamento mais condizente com a realidade nacional.

### 3 - As Mulheres Negras Usuárias e os Desdobramentos das Políticas Públicas em Matinhos/Pr

Segundo o Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a partir da Constituição de 1988, os municípios brasileiros passam a ser co-participantes no combate a pobreza junto ao governo federal. Esse pacto entre o governo Federal e os municípios surge na intenção consolidar e ampliar parcerias, maximizando o impacto dos recursos investidos nas políticas sociais. As Políticas Sociais, por sua vez, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e cultural, abrir possibilidades de trabalho, entre outras. Segundo a mesma publicação, essas ações englobam três políticas públicas, a saber, o Bolsa Família, a Assistência Social e a Segurança Alimentar, ações que combinadas visam enfrentar a fome e a exclusão social. O Programa Fome Zero, por exemplo, tem como principal política o Bolsa Família e se desdobra nas ações de segurança alimentar e nutricional; a Assistência Social, por sua vez tem programas complementares estruturantes com ações emergenciais e educação cidadã. (BRASIL, 2008)

Os Serviços Socioassistenciais são organizados por níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. O CRAS é o lócus destinado para a oferta de serviços de Proteção Social Básica, que tem como objetivos prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários. Entre os serviços ofertados, esta o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), que inclui acompanhar as usuárias do PBF e verificar o cumprimento das condicionalidades.

A partir do momento que são inseridas no programa, as mulheres ficam responsáveis pelo cumprimento de condicionalidades; estas, dizem respeito aos

compromissos que a usuária necessita assumir para receber o Bolsa Família e continuar no programa. As condicionalidades, por um lado, responsabilizam o poder pela oferta de saúde, educação e assistência social, mas por outro, responsabiliza as famílias, no caso, na pessoa da mulher, pelo cumprimento dessas condições. Esse cumprimento nem sempre é possível, conforme discutimos aqui, pois são muitas as exigências, tanto na área da saúde como na da educação e assistência social.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também assumem fazer o acompanhamento nas US (unidades de Saúde); se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e a do bebê. Em relação a essas condicionalidades, destacamos as dificuldades relatadas pelas usuárias sobre a distância – nunca menos de 5 km – entre suas moradias e as Unidades de Saúde (US). Frequentemente, as usuárias deixam de fazer acompanhamento médico porque não podem arcar com as despesas de transporte para chegar até a US. Na cidade de Matinhos os ônibus são escassos, com horários irregulares, ou não existem. Outras vezes, segundo relatos, o sacrifício da distância percorrida não compensa pelo fato – frequente - de não haver profissional médico nas US. Outras, ainda, relatam as dificuldades quando procuram assistência médica no município vizinho:

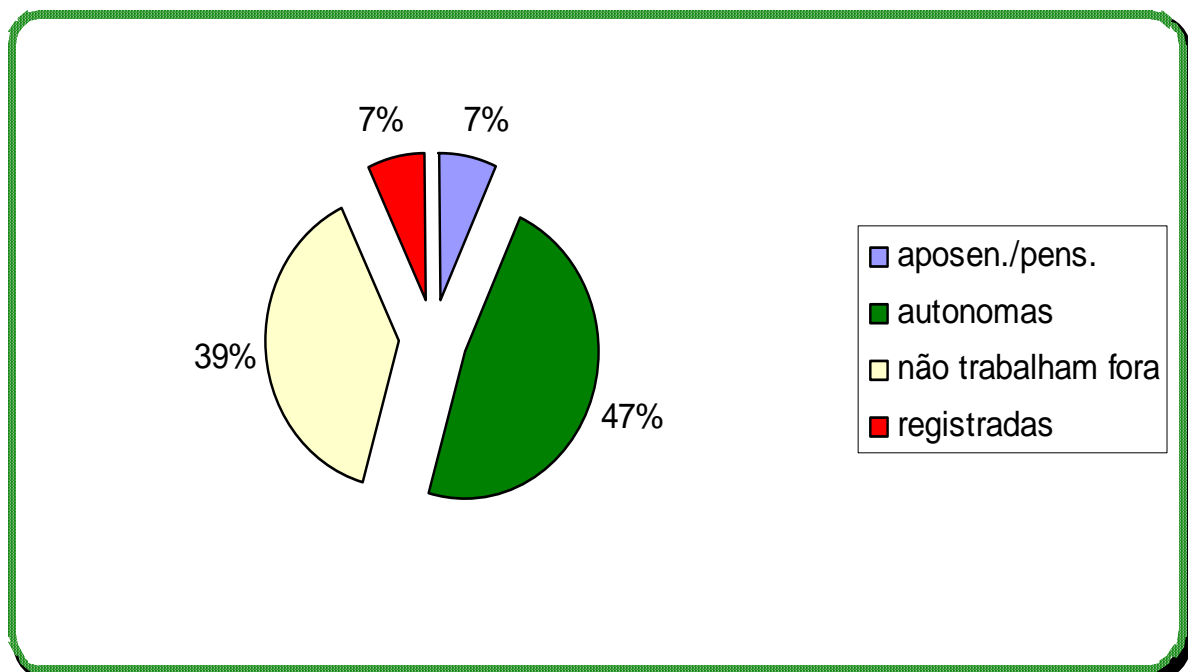
No posto de saúde de Matinhos no balneário Albatroz eu não posso porque é muito longe e não tenho condições de ir a pé e nem de ônibus. E quando vou no município vizinho eles não querem me atender ou me atendem mal, porque não pertencem para o município deles.

O atendimento de saúde no PBF esta restrito ao grupo materno-infantil na imunização, controle do crescimento e desenvolvimento e acompanhamento pré-natal, mesmo assim, os percalços para sua efetivação extrapolam a vontade e as possibilidades das usuárias.

#### 4 – Resultados e Discussão da Pesquisa

Conforme o gráfico 1, dos 165 cadastros de mulheres negras, no item situação no mercado de trabalho, encontramos 47% sem registro em carteira, ou seja, não usufruem de direitos trabalhistas previstos em lei; 39% não trabalham fora. Nesse sentido, apontamos a questão de gênero, onde o trabalho doméstico não é reconhecido nem remunerado, a despeito de serem fundamentais para a vida.

GRAFICO 1 - Situação da inserção no mercado de trabalho de 2002 a 2009 de 165 Mulheres Negras inscritas no CadÚnico de Matinhos PR.



FONTE: A AUTORA, 2012.

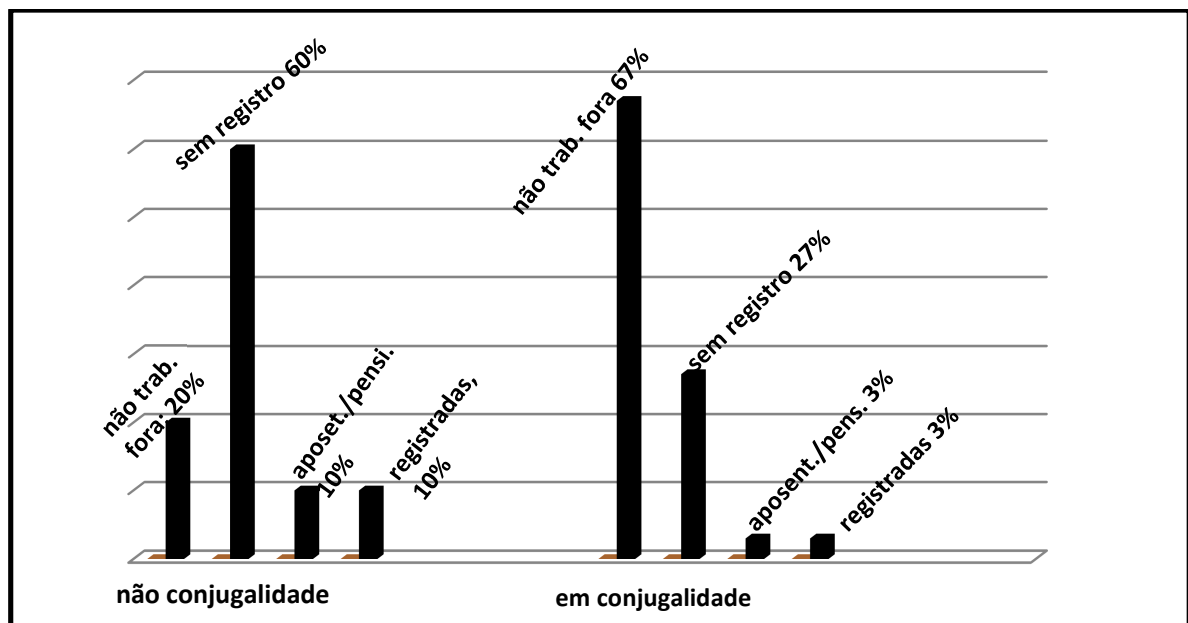
Durante essa pesquisa, observamos um aumento das famílias em que a única provedora é a mulher. No gráfico 2, comparamos mulheres em conjugalidade e em não conjugalidade<sup>3</sup> que estão no mercado de trabalho. A relevância de trazer os dados em relação à conjugalidade das pesquisadas esta em observar que, na maioria das separações os filhos ficam com a mãe. Das mulheres em conjugalidade, 67% não trabalham fora de casa, como demonstra o gráfico 2, porém, é ainda

<sup>3</sup> Conjugalidade aqui entendida com a/o companhia afetiva estável, podendo ou não repartir despesas.

elevado – 27 % - o número das que são autônomas. As mulheres negras que tem carteira assinada perfazem apenas 3%.

O espaço doméstico, considerado o lugar “natural” da mulher, e tem dificultado a sua emancipação. Igualmente, 60% das mulheres em não conjugalidade, trabalham sem registro, significando que podem estar desenvolvendo trabalhos vulneráveis, com baixos rendimentos e elevadas jornadas. Destacamos os altos índices de contratação à margem da legalidade e a ausência de contribuição à previdência. Apenas 10% trabalha com registro em carteira como demonstra o gráfico 2. Dessa forma, se mantém o círculo vicioso de trabalhos precários sem carteira assinada.

GRAFICO 2- Conjugalidade E Situação No Mercado De Trabalho de 2002 a 2009 de Mulheres Negras Inscritas no CadÚnico da Matinhos-PR



FONTE: A AUTORA, 2012

Observamos durante a atividade profissional, que os cursos realizados em Matinhos, para promover a inserção no mercado de trabalho, durante o ano de 2011, limitou-se a artesanato e curso de boneca. No curso de doces ofertado pelo município não foi exigido escolaridade, assim, houve maior participação das usuárias do PBF. A escolaridade interfere na participação das mulheres, especialmente as negras. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) também em parceria com o município ofertou cursos de camareira e jardineiro, entre

outros, mas foi exigido das participantes a escolaridade mínima de 8<sup>o</sup>série. As usuárias do bolsa família não participaram por não terem escolaridade suficiente.

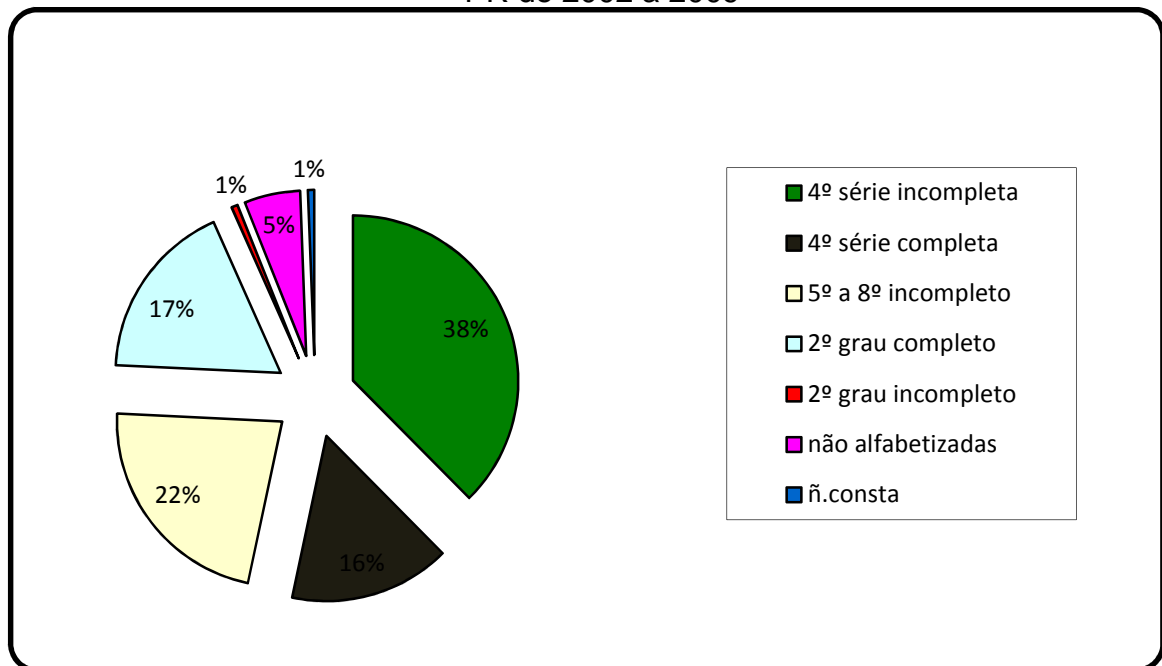
Na falta de espaço físico no CRAS, os cursos são ofertados há 10Km de distância, no Centro Comunitário Profissionalizante (CCP) de Matinhos. A distância também é um entrave para as participantes, pois as usuárias do PBF não possuem condições para arcar com as despesas do transporte.

Na nossa sociedade, quanto maior o grau de escolaridade, maior é a possibilidade de ter um emprego com melhores salários, e isso reflete em aspectos importantes na vida das pessoas, tais como na saúde, alimentação, moradia entre outras.

Atualmente os dados do DIEESE (2007) mostram grande concentração de negros nas faixas de menor escolaridade. Há registros mostrando que quanto maior o grau de escolaridade, menor o número de negros. No caso das mulheres negras há o agravante das questões de gênero, pois às mulheres em geral, até recentemente, foi negado o direito á educação.

Em Matinhos, as mulheres negras usuárias do PBF, no item escolaridade, apresentam percentuais muito baixos. Conforme o gráfico 3, das 165 mulheres negras usuárias do programa, 5% não são alfabetizadas; 38% não completaram a 4<sup>o</sup> série; 16 % tem 4<sup>o</sup> série completa; 22 % tem 5<sup>o</sup> a 8<sup>o</sup> série incompletas; 17 % possui 2<sup>o</sup> grau completo; 1% não terminaram o 2<sup>o</sup> grau e 1% não consta.

GRAFICO 3 – Escolaridade de Mulheres Negras Inscritas no CadÚnico de Matinhos – PR de 2002 a 2009



FONTES: A AUTORA, 2012

Outrossim, são utilizadas várias nomenclaturas nos dados relacionados à escolaridade, no CadÚnico, o que dificulta a análise. Por exemplo, não aparece nenhum registro das mulheres que completaram a 8ª série.

Lembramos que na educação, as crianças e adolescentes dependentes das usuárias, entre 6 e 15 anos, devem estar devidamente matriculados e apresentarem frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. O PBF exige que as usuárias tenham os filhos e filhas matriculados em escolas da rede pública. A maior dificuldade para beneficiárias do PBF de Matinhos é conseguir vaga na Rede de Ensino Público Estadual para as crianças que necessitam cursar da 5ª a 8ª série e o Ensino Médio. Não cumprir essa condição acarreta na interrupção do Bolsa Família, ou seja, a transferência de renda é bloqueada pelo sistema por três meses.

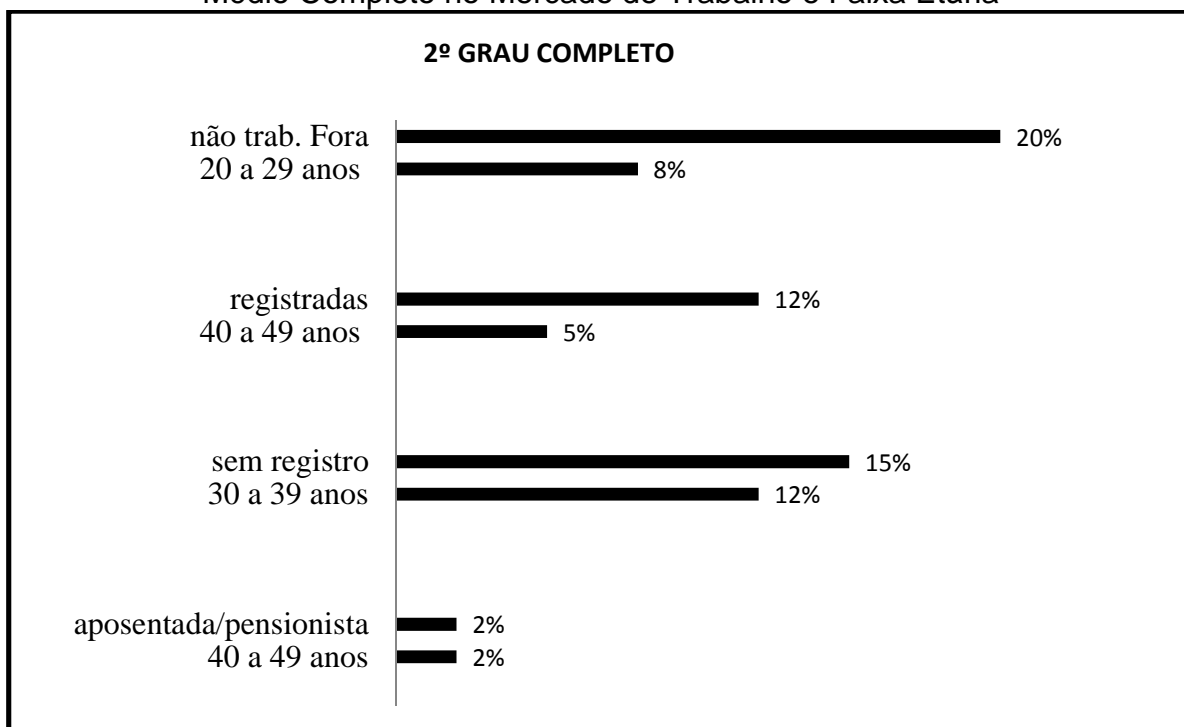
Outrossim, as Escolas Estaduais disponibilizam vagas para os adolescentes apenas para o período noturno, horário no qual não há ônibus ou outra condução para transportar estes/estas estudantes com segurança. O medo de mandar o/a filho/a de 12, 13, 15, 16 anos estudar no período noturno devido o perigo de voltar para casa, em ruas sem iluminação e ou segurança pública, impede o cumprimento

dessa condicionalidade. Assim, não é raro as mães solicitarem a retirada dos dados dos e das filhos/as mais velhos do CadÚnico, para não perderem o bolsa.

No gráfico 4, analisamos as mulheres negras com o 2º grau completo em comparação com a situação no mercado de trabalho e faixa etária. As que trabalham fora de casa sem registro em carteira e estão na faixa etária dos 30 a 39 anos, somam 15%; ou seja, além dos baixos salários, não tem a garantia trabalhista do trabalho formal. Apenas 12% delas trabalham com registro em carteira.

As 20% que não trabalham fora de casa, estão na faixa etária de 20 a 29 anos. Consideramos importante destacar esse dado, porque são mulheres em idade produtiva. Considerando que o trabalho é importante para autonomia e qualidade de vida, isso sinaliza que mesmo para as mais jovens também faltam políticas públicas de promoção para o trabalho. As mulheres negras, mesmo com ensino médio completo são a minoria com direitos trabalhistas.

GRAFICO 4 – Situação de Mulheres Negras Inscritas no CadÚnico com Ensino Médio Completo no Mercado de Trabalho e Faixa Etária



FONTE: A AUTORA, 2012

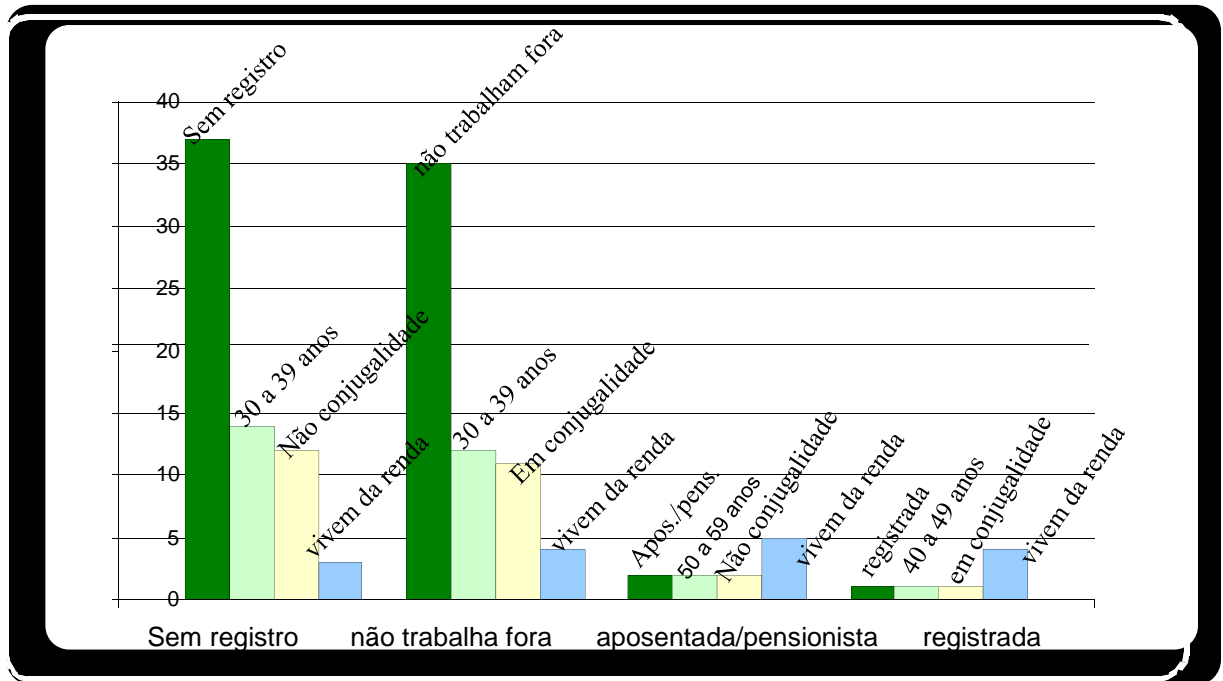
De acordo com Silvia Cristina Yannoulas (2002, p. 21), as mulheres economicamente ativas ultrapassam os homens economicamente ativos em anos de

escolaridade (7 anos de escolaridade, em média, entre as mulheres e 6, em média, entre os homens), porém, elas recebem, em média, salários menores. Isto significa que os avanços das mulheres com relação à escolaridade não têm sido suficientes para modificar, de forma substancial, a desigualdade socioeconômica. A distância salarial explica-se pela discriminação de gênero e não por características produtivas, já que as mulheres, tendo maiores níveis educacionais, poderiam ter maior rendimento ou produtividade. Sugere que houve um deslocamento, na discriminação, do número de anos de escolaridade para o tipo de escolaridade.

Assinalamos, nesse sentido, para a ausência de políticas públicas voltadas para o segmento social mulher e negra, fato esse agravado pelo histórico de racismo e discriminações direcionados a negritude. Essas mulheres muitas vezes não têm interesse em voltar a estudar, devido à internalização do papel feminino como dona de casa, ou por pensarem que já não tem mais idade, ou por desenvolverem dupla, tripla jornada de trabalho.

Mulheres de mais idade aparecem com maior número de dependentes, conforme podemos verificar no gráfico 5. Nesse, 7% das aposentadas, pensionistas e registradas estão na faixa etária de 50 a 59 anos, em não conjugalidade e com maior número de dependentes. Observamos que as mulheres negras autônomas mais jovens, tem menor número de dependentes. Isso significa que mulheres negras de mais idade do PBF de Matinhos vêm assumindo sozinhas o sustento de seus familiares, podendo ser filhos (as) e netos (as) ou outros (as).

GRAFICO 5 – Situação de Mulheres Negras Inscritas no CadÚnico de Matinhos – PR de 2002 a 2009 relacionamos Mercado de Trabalho, Faixa Etária e Renda



FONTE: A AUTORA, 2012

Houve avanços e conquistas nos direitos legais, porém, ainda há um longo caminho de lutas para que as mulheres negras acessem direitos elementares. O PBF é uma garantia mínima desses direitos, mas é um paliativo e completamente insuficiente para emancipação cidadã.

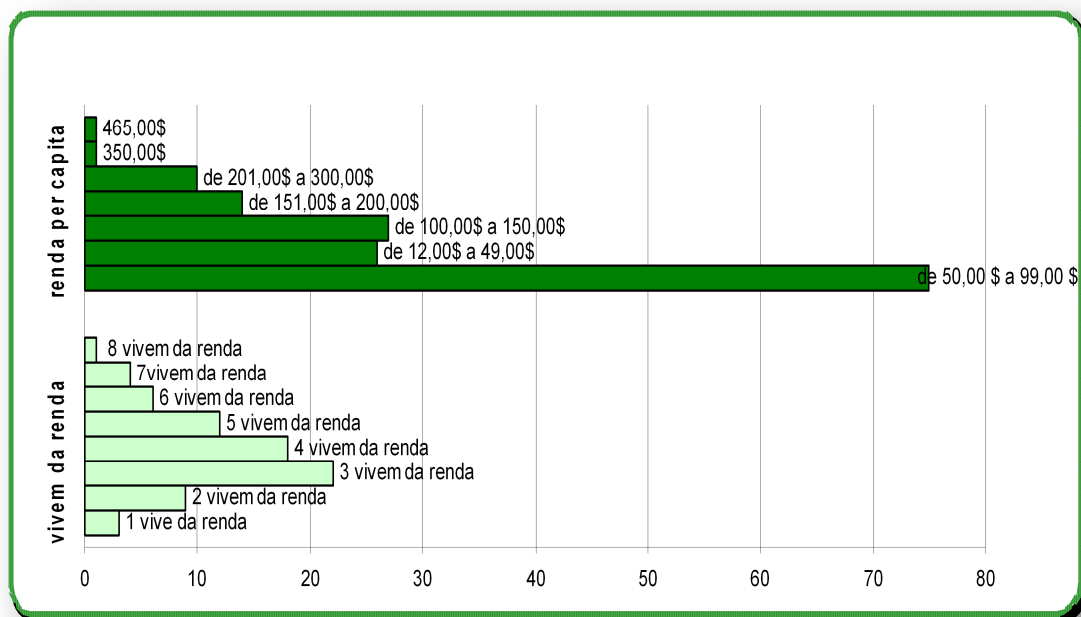
Assim como no trabalho e na educação, a renda familiar se revela mais baixa. Das 165 pesquisadas, 65% delas tem uma renda inferior a R\$100,00 reais; essa renda não é suficiente para uma única pessoa viver com dignidade, e essas mulheres, lembramos, são responsáveis por significativo número de dependentes. Mulheres pobres buscam estratégias para criar seus dependentes nos vários arranjos familiares e de vizinhança, e um número menor, nas creches, quando conseguem vaga. Nesse contexto, quando não há vagas nas creches, crianças mais velhas cuidam das mais novas, porque a mãe precisa trabalhar. Isso corrobora as pesquisas que mostram como as mulheres são as responsabilizadas pelas crianças, pelos mais velhos/ as e doentes.

Nos dados do CadÚnico, não consta o grau de parentesco entre as pessoas da família que vivem do recurso do PBF. Das pesquisadas, 30 % dividem sua renda

com mais três pessoas. 24% dividem sua renda com mais 4 pessoas. 16% dividem sua renda com mais 5 pessoas, ou seja, é pouco renda para sustentar várias pessoas. Relembramos que o valor máximo pago pelo PBF é de R\$230,00; esse valor é pouco para uma única pessoa, então, dividir com mais pessoas, como demonstra o gráfico 6, é apenas fazer manutenção da pobreza.

Nesse sentido, Maria Amália Faller Vitale (2002, p. 47-48) afirma que é preciso não esquecer que as mulheres chefes-de-famílias também são 'mães-de-família', acumulando dupla, tripla responsabilidade, ao assumir os cuidados da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes.

GRÁFICO 6 - Renda Familiar E Pessoas Que Vivem Da Renda das Mulheres Negras Inscritas no CadÚnico de matinhos -PR



FONTE: A AUTORA, 2012

Uma das potencialidades do município é a pesca e encontramos uma família de pescadores inscrita no PBF; os pescadores têm direitos como trabalhadores rurais, porém, não usufruem desses direitos por não possuírem a carteira do Ministério da Agricultura e curso de pescador, pela Capitania dos Portos. Nesse sentido, afirmamos que o município poderia promover a aquisição desses documentos e cursos necessários, e assim, liberar esses usuários, do PBF.

Na época do DEFESO<sup>4</sup>, ocorre outra questão de gênero importantíssima. As mulheres que descascam camarão, nos meses de fevereiro a março, só recebem se um pescador, dono de canoa, assinar um documento para o Ministério da Agricultura; ocorre que só assinam se elas lhes entregam um dos três salários a que tem direito. Assim, as descascadoras mais velhas, há muito na função, acabam sem perceber a quantia destinada a elas. Dona Margarida, mulher negra de 63 anos, mãe de pescadores, nos relatou que ela mesma saí pescar com o filho, para puxar a rede. Perguntamos se ela tinha carteira de marisqueira do Ministério da agricultura, e em relação ao seu direito a aposentadoria, uma vez que dona Margarida já tem idade para se aposentar. Ela nos respondeu que não tem “carteirinha”, por isso precisa do PBF. Lembramos que a carteira é feita em Paranaguá, município distante para essas usuárias. Também o abandono das profissões antigas, ocasiona trabalhos ainda mais precários, e a necessidade da permanência no PBF.

Nesse contexto, carecem incentivos que valorizem os arranjos produtivos locais e a população mais carente.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em setembro de 2005, preparou uma escala de sanções gradativas para o não cumprimento dessas condicionalidades pelas famílias, culminando na perda total do bolsa. Assim as famílias – as mulheres - ficam completamente responsabilizadas pelo combate a sua pobreza.

Um dos limites do PBF, que nos chama atenção, é que cada município tem uma cota de usuárias. Em Matinhos, a cota é de 1.566 pessoas. Assim, a pretendente pode chegar numa condição de extrema pobreza, mas não vai ser contemplada; para isso, seria necessário que alguém apresentasse uma melhora econômica e não mais se enquadrasse nos critérios da renda percapita do PBF.

Nesse contexto, nas visitas domiciliares de acompanhamento, contatamos também inúmeras famílias que se enquadravam no perfil do PBF, porém não estavam inscritas por morarem em regiões de preservação ambiental e assim não possuem comprovantes de luz, água e residência, condição exigida para preencher

---

<sup>4</sup> DEFESO é uma Instrução Normativa (IN) 189/2008, que proíbe a pesca de camarões das espécies rosa, sete-barbas, barba-russa, branco e vermelho (santana). Segundo IBAMA o objetivo é preservar essas espécies onde a captura é intenso e também para proteger a época de reprodução da espécie que vai de 01 de março até 31 de maio. Nesse período os pescadores recebem 1 salário mínimo por mês para garantia de seu sustento.

o CadÚnico. Este problema atinge também a população que mora na beira dos rios. Assim, não são poucas as famílias necessitadas de políticas públicas para saírem da extrema miséria e iniquidade social.

## 5 - CONCLUSÃO

Nos últimos anos, no Brasil, foram formuladas e implantadas várias Políticas Públicas sociais visando diminuir a pobreza, dentre as quais, o Programa Bolsa Família. Nessa esteira, abordamos nesse trabalho as possibilidades e os limites do PBF, destacando as dificuldades que as mulheres negras enfrentam para cumprir as condicionalidades do PBF.

O PBF se propõe a dar apoio imediato às famílias em situação de extrema pobreza e “ajuda-las” nas áreas de educação, saúde e nutrição, contudo, apresenta sérias lacunas.

O Programa não alcança os mais pobres que estão em áreas rurais, onde não há escolas ou postos de saúde para que consigam cumprir as condicionalidades exigidas. Nesse contexto, o PBF não tem alcançado populações em situação de extrema vulnerabilidade, tais como as ribeirinhas, as moradoras das áreas de preservação, as coletoras de material reciclável, e também mulheres negras que, por uma questão que soma gênero e raça (no sentido político), são invisíveis social e politicamente.

O PBF não fornece suporte para emancipação econômica, cultural e social das usuárias, uma vez que, quando estas saem do recorte da renda percapita (R\$140,00) exigida pelo programa, deixam de ser atendidas, porém, ainda não fortalecidas e/ou emancipadas o suficiente, para se manterem e a seus/suas dependentes sozinhas. Nesse sentido, insistimos na necessidade de inserir essas pessoas em trabalhos que possam emancipá-las economicamente. Os cursos ofertados pelo PBF, por exemplo, crochê, tricô, bordado, quando elas podem cursá-los, não tem empregabilidade. No entanto, não pensamos, aqui, em termos de vitimização em relação a essas mulheres, que, nos arranjos familiares e de vizinhança, conseguem os poucos recursos de sobrevivência.

O grande desafio é articular as políticas nos níveis federal, estadual e municipal, para que os objetivos de acesso a saúde, educação e renda se

concretizem. Igualmente, consideramos que a discussão do racismo na Política de Assistência Social é imprescindível. As mulheres negras atendidas no Programa Bolsa Família sofrem as consequências de um processo histórico de preconceitos e discriminações mais significativos que outros segmentos sociais.

Outrossim, permanece a concepção da Política Nacional da Assistência Social como “Assistencialismo” ou “ajuda”. A própria palavra “benefício” nos soa nesse sentido. Isso faz com que as/os usuárias/os do Programa Bolsa Família sintam-se devedores/as para com o Estado, como se este fosse separado das pessoas que o compõem. Compreendemos as políticas públicas de emancipação econômica e social como sendo da alçada dos direitos humanos fundamentais, dever do Estado e da sociedade.

A falta, em nosso país, de um projeto societário, faz a grande maioria da população permanecer sem condições de emancipação cidadã. No município do nosso estudo, os dados encontrados são confusos e seu acesso encontra obstáculos. Como pioneiras do debate sobre a condição das usuárias negras do PBF da região, consideramos a necessidade de um diagnóstico mais profundo e complexo sobre o tema, e que as dificuldades encontradas impedem uma análise mais próxima da realidade, condição fundamental para compormos projetos que colaborem no desenvolvimento da nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

BENTES, Nilma Um afro-negro teorema: Impossível enfrentar o racismo sem desagradar racistas. In Mulheres Negras: Um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Jurema Werneck Org. Disponível no site <http://www.criola.org.br/publicacoes.htm> acesso em 08/08/2009

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) disponível no site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso 27/02/2012

BRASIL, CadÚnico de Matinhos PR de 2002 - 2009.

BRASIL, Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2008

CAPPELLIN, Paola. **Promover A Integração Das Mulheres No Século XXI.** In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 311:323.

DIEESE. **As Características Do Trabalho Doméstico Remunerado Nos Mercados De Trabalho Metropolitanos**, 2010 disponível no site <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssaMulher2010.pdf> acesso 2010

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da Negritude: Uma Breve Reconstrução Histórica. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **Programas de Combate á Pobreza: O Condicionamento Ao “Poder”** In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 269:297.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005** /– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 111p. Disponível no site <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3DA73BE7-2211-425A-8F41-3055A307F120%7D.pdf> Acesso em 7/12/2009

HIRATA, Helena **Por Quem Os Sinos Dobram? Globalização E Divisão Sexual Do Trabalho**. In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio Org. ET al. - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003 p. 15h30min m

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social**. Disponível no site: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf) acesso em 02/03/2009

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível no site <http://www.ibama.gov.br/> acesso em 10/03/2012

DENTIFICAÇÃO e Abordagens do Racismo Institucional. Organização do Instituto Amma Psique e Negritude (SP) e Articulação Nacional de Combate ao Racismo Institucional: São Paulo: Articulação para o Combate ao Racismo Institucional, 2006. 145 p.

MIOTO, Regina Célia Tamiso. **Família E Serviço Social Contribuições Para O Debate** In: Serviço Social e Sociedade Ano XVIII – nº 55. SP ed. Cortez, novembro de 1997 p. 115-12

MELO, Hildete Pereira de. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago/Chile: CEPAL - SERIE Mujer y desarrollo, 2005.

MELO, Hildete Pereira de. **Invisibilidade Do Trabalho Feminino: Uma Violência Disfarçada**: notas preliminares In Leituras de Resistência: corpo, violência e poder VOL.II Florianópolis: ed. Mulheres, 2009 p. 165-184

PAIM, Paulo. **Lei Áurea uma abolição não concluída 2007**. Disponível no site: <<http://www.senado.gov.br/paulopaim/pages/imprensa/artigos/2007/13052007.htm>>. Acesso em 13.04.2010

RIBEIRO, Matilde **As abordagens étnico-raciais no Serviço Social** In Revista Serviço Social e Sociedade n. 79 anos XXV. – São Paulo ed. Cortez, novembro de 2004, p.148-161

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos**. – Cuiabá: EdUFMT, 2008. 202p

SEGNINI, Liliana R.P. **Mulheres Mães Desempregadas: contradições de uma condição social** In Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. Marli Emílio Org. et al. - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 2003 p. 31: 54

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações unidas para a Mulher, 2004, Disponível no site <http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00001667.pdf> acesso em 16/02/2010

VITALE, Maria Amália Faller. **Famílias Monoparentais: indagações**. In Revista Serviço Social e Sociedade ano XIII – n. 71 – SP ed. Cortez, setembro 2002. pag.45 a 79

YANNOULAS, Sílvia Cristina. Dossiê: **Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho**. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002. Disponível no site <HTTP://www.cfemea.org.br/publicações.asp> acesso em 21/12/2009